



a Linguística Aplicada como espaço de (des)territorialização do saber

1º Manuel A.S.S.

¹ universidade federal de alagoas

* e-mail de contato principal: manuelalvaross@gmail.com

resumo

neste ensaio nos propomos a discutir e problematizar o modo de produção de conhecimento, tendo como problemática central o paradigma positivista, haja visto que sua concepção de pesquisa disseca as relações sociais, objetificando os sujeitos envolvidos no processo. Para isso, tal paradigma defende a neutralidade do pesquisador diante do objeto investigado, coisificando os sujeitos de pesquisa como se eles fossem/estivessem deslocados da história, da sociedade e das relações de poder. Diante disso, nos contrapomos a este paradigma propondo a Linguística Aplicada como espaço de (des)territorialização do saber, cuja envergadura epistemológica visa compreender o processo de pesquisa sempre situado em narrativas sócio-históricas, ou seja, compreendemos que a Linguística Aplicada opera em suas pesquisas, desterritorializando saberes, criando níveis horizontais de investigação, qualificando saberes marginalizados e situando os sujeitos na trama da história.

palavras-chave: linguística aplicada, produção de conhecimento, poder.

como citar este artigo

Santos, M. A. S. (2021). A Linguística Aplicada como espaço de (des)territorialização do saber. *Revista Interdisciplinar em Estudos de Linguagem*, 3(1), 48-51, doi <https://doi.org/10.29327/224874.3.1-6>

Precisamos de Ciências Sociais nômades, capazes de circular pelas escadas que ligam esses pavimentos. Ou melhor: que redesenhem esses planos e comuniquem os níveis horizontalmente. O trabalho conjunto dessas disciplinas pode gerar outro modo de conceber a [pós]modernização latino-americana. Esse olhar transdisciplinar sobre os circuitos híbridos tem consequências que extrapolam a investigação cultural (Canclini, 2015, p. 19, grifos nossos).

A produção de conhecimento nas Ciências Humanas e Sociais no século passado esteve, em grande parte do tempo, pautada em um modelo positivista (Ricardo-Bortoni, 2008; Santos, 2018) de fazer ciência, em que as relações sociais eram dissecadas em função da cientificidade epistêmica e da suposta neutralidade do pesquisador diante do objeto de estudo. Nesse modelo de ciência, buscam-se explicações por meio de relações casuais, comprovadas via testagem de hipóteses com dados quantitativos, ou seja, ao estudarmos um fenômeno sob este modelo de ciência, a priori, devemos levantar um conjunto de hipóteses que serão confirmadas ou refutadas diante das verificações estatísticas (Flick, 2009; Ludke & André, 2017).

Ao operar sob esse modelo do fazer científico, o pesquisador propõe análises em que há uma coisificação das práticas sociais e dos sujeitos emergentes no âmbito das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (Bakhtin, 2011). O ato de pesquisa exaure os sentidos que, dialogicamente construídos, emoldura a vida em sociedade ao mesmo tempo em que constitui os sujeitos e vice-versa. Compreendemos haver, então, nesse paradigma de ciência positivista, uma estetização das práticas sociais, bem como dos sujeitos que as constituem, visando alcançar uma abstração que só o cientista, por meio de métodos rígidos, seria capaz de obter. Contudo, ao considerar o contexto sócio-histórico e cultural do século passado, entendemos também haver, diante dessa concepção rígida e estática, uma própria concepção de sociedade pautada sob a racionalidade técnica em que as identidades eram homogêneas e inflexíveis, acarretando a constituição de sujeitos binários, receptores

passivos de códigos linguísticos em que a linguagem é neutra e baseada, sobretudo, “numa concepção de pessoa humana como indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão”, quer dizer, um sujeito iluminista (Hall, 2015, p. 10). Entretanto, na contrapartida desse paradigma positivista, conforme Santos (2018), emerge em 1980 uma concepção alternativa para o fazer científico das Ciências Humanas e Sociais denominado modelo interpretativista, correspondendo a um novo arranjo na própria estrutura sociocultural (Ricardo-Bortoni, 2008; Ludke & André, 2017).

Essa virada sociocultural justifica-se pela necessidade de revisitar as próprias bases epistemológicas e, com isso, redesenhar, conforme Canclini (2015) defende, os percursos investigativos, nos quais a prática de pesquisa está situada. Desse modo, o modelo interpretativista, além de se opor ao paradigma positivista, possibilita a construção de intersecções com outras áreas de conhecimento, isto é, constrói-se um olhar transdisciplinar acerca dos fenômenos investigados em que o discurso sobre o ato da pesquisa torna-se multifacético. E é diante deste olhar múltiplo, plural sobre o ato de pesquisa, que concebemos a Linguística Aplicada (LA) como área de produção de conhecimento autônoma, em que os pressupostos teórico-metodológicos se caracterizam como um espaço de desterritorialização do saber, uma vez que Foucault (2017, p. 43, grifos nossos), ao refletir sobre o estatuto do poder e da verdade, chama a atenção à necessidade de se incluir o “sujeito na trama histórica [...] isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto”, resistindo no ato da pesquisa àquilo que o positivismo, pautado nas Ciências Exatas e Naturais¹, destituía, ou seja, o autor advoga em defesa de um projeto genealógico que desterritorialize hierarquias e as formas de interdição entre os sujeitos e os saberes. Foucault (2017, p. 268) entende, então, o projeto genealógico como um movimento epistemológico que trate de “ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra uma instância teórica unitária que pretenderia

¹ Cabe ressaltar que até mesmo as pesquisas dessas áreas questionam os próprios pressupostos positivistas. Para uma discussão mais aprofundada verificar Rajagopalan (2003).

deturpá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome de uma ciência detida por alguns". Nesse sentido, tal projeto trata-se de um anticiência, no sentido de afrontar o status quo posto pela estrutura social, e naturalizado pelos sujeitos que o replicam em suas pesquisas, sem refletir sobre os seus desdobramentos e implicações.

Com isso, correlacionamos os pressupostos teórico-metodológicos da LA, defendidos por autores como Moita Lopes (2006); Pennycook (1998); Damianovic (2007) e Eversen (1998) com o projeto genealógico defendido por Foucault (2017), haja vista o modo como a LA opera em suas pesquisas, desterritorializando saberes, criando níveis horizontais de investigação, qualificando saberes marginalizados e situando os sujeitos na trama da história. Diante disso, a LA constitui-se, no sentido empreendido por Foucault (2017), como uma anticiência, pois questiona e confronta os poderes centralizados em uma instituição. Assim, ao compreendermos a LA como uma anticiência que busca "a reativação dos saberes locais, unitário, formal e científico [...] contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos intrínsecos de poder" que exclui as identidades alternativas e corrobora para a manutenção das injustiças e problemas sociais, políticos e econômicos, construímos um espaço de desterritorialização do saber (Foucault, 2017, p. 270).

Ao levarmos em conta o contexto sociocultural e político da pós-modernidade, as pesquisas desenvolvidas sob o modelo interpretativista, ou da anticiência, precisam interrogar os discursos do poder disciplinar para desestabilizar a ordem social, (re)construindo-a sob uma lente mais descentralizada e democrática, em que as identidades sejam concebidas sob um lócus movediço que se constituem "ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento" (Hall, 2015, p. 24). Desse modo, Canclini (2015) conceitua a pós-modernidade não como um novo estilo, mas como a co-presença tumultuada de todos os estilos da humanidade, em que os processos culturais se intensificam e começam a se hibridizar, construindo identidades marcadas por percursos transnacionais (Santos, 2010), mas que nem por isso deixam de ser locais.

Por ora, concluímos nosso texto e, longe de esgotar a discussão aqui empreendida, abriremos espaço para um novo debate acerca do fazer científico, assim, refletindo com Foucault (2017) sobre o exercício do poder, compreendemos que:

O objetivo do exercício do poder será manter, reforçar e proteger o principado, entendido não como o conjunto constituído pelos súditos e o território, o principado objetivo, mas como relação do príncipe com o que ele possui, com o território que herdou ou adquiriu e com os súditos (Foucault, 2017, p. 410).

Estaríamos nós preservando um principado alheio com nossas pesquisas? A que poderes nos filiamos discursivamente? O projeto genealógico, a anticiência, visa combater justamente o poder disciplinar, o poder da dominação unitária e hierarquizada?

referências

- Bakhtin, M. (2011). *Estética da criação verbal*. (6 ed., P. Bezerra, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Damianovic, M. C. (2007). O linguista aplicado: de um aplicador de saberes a um ativista político. *Revista Linguagem & Ensino*, 8(2), 181-196.
- Evensen, L. (1998). A Linguística Aplicada a partir de um arcabouço com princípios caracterizadores de disciplinas e transdisciplinas. In I. Signorini, & M. Cavalcanti (Orgs.). *Linguística Aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas*, Campinas, SP: Mercado de Letras, 73-88.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. (3a ed., J. E. Costa, Trad.), Porto Alegre: Artmed.
- Foucault, M. (2017). *Microfísica do poder*. (6a ed., R. Machado, Trad.), São Paulo: Paz e Terra.
- Canclini, N. G. (2015). *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. (4a ed., P. H. Cintrão & A. R. Lessa, Trad.). São Paulo: EDUSP.
- Hall, S. (2015). *A identidade cultural na pós-modernidade*. (12a ed., T. Tadeu & G. Lopes, Trad.), Rio de Janeiro: Lamparina.
- Ludke, M., André, M. (2017). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. (2a ed.), Rio de Janeiro: E.P.U.

Moita-Lopes, L. P. (2006). Uma Linguística Aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como Linguista Aplicado. In L. P. Moita-Lopes (Org.). *Por uma Linguística Aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 13-44.

Pennycook, A. (1998). A Linguística Aplicada dos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica. In I. Signorini, & M. Cavalcanti (Orgs.). *Linguística Aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 21-46.

Ricardo-Bortoni, S. M. (2008). *O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola Editorial.

Santos, B. S. (2018). *Um discurso sobre as ciências*. (8a ed.), São Paulo: Cortez.

recebido em 03/11/2020

aceito em 13/12/2020